



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
11/02/2019	Medida Provisória nº 870 de 01 de janeiro de 2019

AUTORIA	Nº DO PRONTUÁRIO

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
X				

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Supressiva

Suprime-se o inciso VII do art. 32º da MPV 870/2019:

Art. 32º À Secretaria de Governo da Presidência da República compete:

VII — a Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento, com até duas Secretarias

JUSTIFICATIVA

A Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento foi criada e integrará a estrutura básica do Ministério da Economia. O objetivo final da Secretaria será facilitar a venda de ativos públicos. Segundo divulgado na grande imprensa, o secretário de Desestatização e Desinvestimentos do Governo Federal, Salim Mattar, projeta privatizar ou extinguir todas as estatais federais, com exceção do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras, que serão, ainda segundo o Secretário, extremamente reduzidas. A União tem hoje 138 estatais sob sua gestão.

A crise econômica, iniciada em 2015, se deu, principalmente, por conta dos violentos cortes nos gastos públicos, aumento das taxas de juros e por restrição do crédito, e isto foi determinante para provocar uma grande recessão em 2015 e 2016 e um crescimento baixíssimo do PIB em 2017 e 2018. Como consequência da crise econômica, a arrecadação fiscal do governo caiu de forma sistemática e a relação dívida/PIB passou a crescer de forma persistente. Uma das justificativas clássicas para a defesa de amplos programas de

privatizações é a de que eles são uma forma de equalização do problema fiscal, contudo, como vimos, a atual situação fiscal foi fruto justamente da política econômica que o governo Bolsonaro pretende aprofundar. Dito isso, a privatização das Estatais não pode ser considerada a solução para um problema que elas não causaram. Ficaremos sem as estatais e permaneceremos com uma economia desequilibrada.

Além disso algumas das estatais são altamente lucrativas: juntas, BB, BNDES, Caixa, Eletrobras e Petrobras apresentaram lucro líquido de R\$ 101,42 bilhões entre 2012 e 2017. Portanto, uma agenda de venda de patrimônio público tão agressiva pode ser caracterizada como um projeto de socialização dos custos e privatização dos lucros que a Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento pretende conduzir.

Dada a argumentação acima, é inadmissível que seja criada uma Secretaria Especial, no âmbito do Ministério da Economia, que tenha como fim à condução de um projeto lesivo ao conjunto da sociedade.

Sala das sessões, 11 de fevereiro de 2019.

PARLAMENTAR

SÂMIA BOMFIM
Deputada Federal
PSOL/SP